

# Território e Resistência

Ailton Krenak<sup>1</sup>

Cumprimento aos parentes. A acolhida que a gente recebe nesta terra brasileira, de Norte a Sul, é a melhor que podemos dar uns aos outros. Não conhecia o campus EACH e gostei do espaço, gostei muito de chegar aqui e observar que se trata de um berço periférico da USP, com características especiais e que está fora do eixo histórico da universidade, abrindo esse contato com outras realidades do país, do nosso povo e da nossa história. Estou honrado de estar aqui não só trazendo um pouco do território de onde vivemos, mas também fazendo comentários sobre outras relações com os nossos territórios.

## Função social da universidade

A função social deveria ser a principal razão da universidade. Uma vez reclamei que instituições com nomes tão bonitos esquecem sua missão e acabam por virar verdadeiros clubes fechados, que não fazem trocas com a comunidade onde está inserida, que não se deixam infiltrar pela complexidade do mundo que está ao seu entorno e que criam um tipo de conhecimento científico distante de nosso dia a dia, como da nossa vida. A ciência vira uma abstração. E assim a ciência parece coisa de outro mundo, não o nosso mundo, e sim de abstrações com as quais que conseguimos nos comunicar.

As ciências sociais, as artes e as outras disciplinas que não estão vinculadas diretamente a produzir algo ou coisas ao mercado, são consideradas espaços possíveis de permeabilidade com a comunidade e a sociedade. Mas nos seus laboratórios das escolas de engenharias e arquitetura são desenvolvidos produtos, desenhados programas de urbanização, de expansão da fronteira agrícola e da infraestrutura do país que passam pela gente e nossos ambientes, como as grandes barragens e hidrelétricas que cortam os nossos rios.

Essas projeções se materializam em cidades, aeroportos, portos, rodovias e infraestruturas pesadas que configuram a malha de deslocamentos entre estados, municípios, territórios e países que

<sup>1</sup> Ailton Krenak é um líder indígena, ambientalista, filósofo e escritor brasileiro da etnia indígena Krenak. É também professor *honoris causa* pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), sendo atualmente considerado uma das maiores lideranças do movimento indígena brasileiro. O texto é uma transcrição da palestra realizada em 2017 na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. O texto foi reenviado ao autor e autorizado para publicação em junho de 2021. A transcrição foi feita por Mirella Tavares da Silva e a revisão por Jorge Machado.



são produzidas em ambientes como esses. As disciplinas e os conteúdos oferecidos e dirigidos a um determinado tipo de público, reproduzem isso tudo em nossa sociedade.

A minha expectativa é que a gente possa potencializar as nossas visões do país em que vivemos, da região, do continente, desse mundo complexo que estamos compartilhando uns com os outros, para ampliar a nossa capacidade cidadã e buscar boas escolhas para a vida, e que essas não sejam a exclusão da vida. Essa oportunidade de estar com vocês me provoca essa reflexão sobre estar num lugar e me anima a dedicar o tempo de fala sobre o tema, que é o território.

## Colonialismo e resistência

Continua sendo uma luta assegurar os territórios indígenas. Desde as pequeninhas terras indígenas como a do Jaraguá, até o território da Serra da Lua ou da terra Yanomami, na Venezuela. As pessoas do mundo inteiro pensam que o único lugar onde há povos indígenas no Brasil é na Amazônia. É animador pensar que nesse pedaço de continente que é o Brasil, com seus diferentes biomas, como a Mata Atlântica, o Cerrado e a floresta amazônica, somos lembrados que em São Paulo há uma população de 12 mil indígenas. São diferentes povos, alguns com suas terras identificadas e demarcadas, mas alguns com as terras em disputa com o município e Estado. Nos anima pensar os territórios pelo sentido que é dado a esses lugares por seus habitantes, pelo que esses lugares significam a eles. Territórios porque se constituem um universo que não é possível ser medido por hectares, que não é possível ser medido por quilômetros, a dimensão desses territórios é nítida, é sagrada. O sentido sagrado desses lugares desfaz a escala de tamanho de medidas. Não têm território pequeno, tem território.

Mas no cotidiano e nos debates políticos, muitas vezes somos levados a considerar que o território é aquele lugar dos tamanhos. Das florestas, campos, onde podemos percorrer de barco, viajar por dias e semanas. De onde vem essa mentalidade? O que faz com que a gente cristalize em nossas ideias que uma aldeia num Pico do Jaraguá é mais removível do que um território lá na fronteira do Brasil com a Venezuela? O que leva uma autoridade, Ministro da Justiça ou de qualquer outra instância desse governo, a se desfazer da legitimidade da relevância, da importância, de um lugar onde há uma comunidade vivendo a sua vida tradicional pelo tamanho daquele sítio, daquele lugar. De onde vem essa mentalidade? Eu queria compartilhar com vocês que essa mentalidade é o que conhecemos por colonialismo.

O colonialismo parece um vírus, que não o vemos, mas se propaga em todos os ambientes e influencia nossas visões e mentalidades. E em todos os lugares do mundo essa ação do pensamento colonialista é eficaz, ela dilui as culturas locais, joga as pessoas no mercado de consumo e as transformam em consumidores, onde diluem as ideias que as pessoas têm de cidade e de pertencimento a um lugar. Os povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e outros povos tradicionais integram o último contingente de brasileiros que têm o sentido de viver no território. Morrem para não sair da beira de um rio porque reconhecem aquele rio, dão nome a



ele, lutam. Não saem do pé de uma serra do alto de uma montanha porque ela é da sua família, do seu avô, do seu tio, da sua mãe; é um ancestral que zela por aquele lugar e o guarda para outros. A partir desses lugares sagrados cada povo se constitui com seus pensamentos, culturas e práticas para viver na terra.

Há três semanas atrás, os fazendeiros que ocupam terras no Xingu atearam fogo na mata. Foi um absurdo aquela violência do fogo nos últimos redutos de mata da região Centro-Oeste do país. Todos sabem que é o último território que foi devastado pela soja, pelas madeiras e pelas atividades de extração mineral, tornando-se uma ilha, uma paisagem deserta. Imagens de satélite mostram o Estado do Mato Grosso como um território heterogêneo e que tem vida e semelhança com outras florestas.

Algumas pessoas chamam a Amazônia de pulmão da Terra, mas muitos outros lugares se constituem como organismos da Terra. E como nenhum organismo só vive de pulmão, existem muitas outras partes e órgãos que constituem esse corpo. A terra tem muitos lugares onde ela descansa e que nós, por analogia, podemos considerar que são esses os órgãos vitais para a Terra. Invadir esses territórios, contaminar os rios e violar esses territórios tirando de dentro das florestas aquilo que o mercado quer consumir aqui fora, é um ataque contra um organismo que a longo prazo afeta a todos nós. Estão atacando um organismo que somos todos nós.

Esse é um entendimento que exige compreensão profunda, pois as pessoas que vivem nas grandes cidades não sentem no dia a dia que estão perdendo o rio. Ele não está passando em nosso quintal. Não sentem que estão perdendo no dia a dia a diversidade de comida. Que perdem os remédios que a floresta oferece para nós, pois não saem para o mato para buscar o remédio, mas sim vão em uma farmácia. Esses deslocamentos da ideia de estar compartilhando um território precisa ser mais propagado. Nos centros urbanos as pessoas precisam entender que alguém está cuidando de um outro lugar, o lugar onde os rios nascem, onde a floresta dá fluxo à vida e aos ciclos da chuva. São territórios onde suprimos esse continente que compartilhamos, mesmo com diferentes visões do que é um território. São também territórios de uma afirmação da identidade, de visões e maneiras de estar no mundo.

Vocês já tiveram ao longo deste curso [Políticas Públicas Setoriais - Multiculturalismo e Direitos, professor Jorge Machado, EACH/USP] a oportunidade de debater questões históricas que envolvem a luta dos povos indígenas por seus direitos. Nesse elenco de direitos está o território. Há muitas outras questões de direito que fazem com que a vida de muitos povos seja uma constante batalha contra a invasão de nossos modos de vida. A invasão ao território é a mais visível e mais escandalosa. As outras invasões, menos visíveis, mas tão danosas, acontecem em diferentes níveis. Uma que afeta a possibilidade futura de continuar existindo, com a diversidade de povos e sua grandeza cultural, é a transmissão geracional do padrão de pensamento colonizado que herdamos desde que fomos invadidos pelos colonos com todo seu aparato e que possibilitou a governança desse vasto território.

Isso não ocorre sem resistência. Muitos povos enfrentam bravamente essa colonização. Mas podemos dizer que não somos capazes de enfrentar a parte física dessa colonização. A parte ideológica entrou como um vento forte para dentro desse continente, alcançando muitas regiões, fazendo com que o projeto colonial fosse vitorioso, criando cidades como São Paulo,



Rio de Janeiro e Brasília. Entraves colonialistas foram implantados no continente, chegando até os Andes, afetando nossos vizinhos de toda América Latina. Este é um continente em guerra contra o pensamento colonialista.

As novas gerações não podem se esquecer do legado de povos que lutaram nos séculos XVIII e XIX e que, junto com o século XX, vieram com sonhos de constituir novos tipos de sociedades na América do Sul. No Brasil, em diferentes períodos de nossa história, além de vermos uma perseguição aos povos originários, enfrentou-se uma marginalização deles. O mesmo ocorreu com nossos parentes e vizinhos da Argentina, Paraguai e Chile. Neste último, há hoje uma grande luta contra o povo Mapuche, considerado inimigo do Estado. O pensamento colonialista não convive com a ideia de autonomia de nossos territórios.

Quando um Ministro da Justiça desfaz um decreto que demarca uma terra indígena no Estado de São Paulo, como aconteceu no território do Jaraguá em 2016, ele está fazendo um ato consciente de continuar a guerra contra a autonomia desses territórios para firmar o sentimento de diferença de estar vivendo nesse imenso país que é Brasil. Em diferentes ocasiões, já disse que o Brasil é um projeto de nação, que ainda não conseguiu dizer quem é. Como a nação é mais que um território, precisa de muito mais elementos constitutivos que uma lei geral, uma língua e um ordenamento, como o que estamos experimentando desde que saímos do Império e entramos na breve experiência de República. Estamos experimentando uma dissolução tão grave da nossa realidade sociopolítica, que temos dificuldade de afirmar que estamos vivendo dentro de um acordo comum que nos permite constituirmos como uma nação.

A ação Brasileira é um apelo, pois muita gente sonhou com a construção gradual de uma identidade brasileira. Darcy Ribeiro passou a vida debatendo a ideia de constituirmos uma nação diversa e plural. Isso o animava a pensar que teríamos uma experiência socialista original, diferente daquelas experiências que aconteceram em outros continentes, pela origem diversa de nosso povo e pela história de formação do povo brasileiro. Ele insistia na ideia que podiam conviver índios, negros, brancos, árabes, judeus e gente que veio de todo lugar pra cá, e fazer uma experiência social afirmativa dessa diversidade, reconhecendo em nossas diferenças uma imensa riqueza, uma especial capacidade de convivência, de tolerância uns com os outros, de aceitação dos outros. Alguns outros pensadores, além do Darcy Ribeiro, debateram-se com isso em diferentes campos, tentando avançar uma ideia de uma nação onde nós pudéssemos ser muito mais do que esse constante apelo. Esse constante apelo fala também da inclusão. Nós ainda estamos na plataforma da inclusão. As nossas instituições ainda estão paradas nesta plataforma. As lideranças mais esclarecidas do nosso tempo apresentaram um conjunto de ações de políticas da saúde, da educação, da habitação e da infraestrutura como se fossem um avanço importante e significativo no campo da inclusão. Isso na verdade é uma paralisia da nossa capacidade de nação indignação com as desigualdades fundadoras do tipo de sociedade que nós somos.

Nós somos uma sociedade que foi se constituindo de uma maneira tão desigual, que agora, quando nós abrimos vagas nas escolas para as crianças, para os filhos negros dos pobres e dos índios, nós chamamos isso de inclusão. Nós somos uma sociedade tão discricionária, que quando há um programa que tira dez milhões de pessoas daquela linha abaixo da



miséria, que estão com fome nos lixões ou deitadas nas calçadas, chamamos de inclusão. É um eufemismo. Então, essa mentalidade colonialista que nós reproduzimos, faz com que a gente aceite esse tipo de discurso como uma conversa legítima, como um procedimento adequado para uma sociedade que tem um desafio enorme: superar as gritantes desigualdades que vivemos no país inteiro.

Os territórios são os lugares das identidades daqueles que ainda não se esqueceram quem são e brigam, esperneiam e lutam contra essa homogeneização e uniformidade que querem fazer de nossas escolhas: todo mundo comprando no mesmo mercado, tomando o remédio da mesma farmácia e consumindo os mesmos agrotóxicos. Os lugares de resistência são aqueles lugares que identificamos como territórios dos povos tradicionais.

Os povos e comunidades tradicionais são os últimos redutos contra a traição que os laboratórios fazem com a gente quando eles mesmos produzem o veneno e também o remédio. Eles conseguiram juntar, numa mesma mão, o capital que produz o agrotóxico e que depois produz o remédio para as pessoas que adoecem com o alimento envenenado. Eles fizeram um circuito fechado para nos manter reféns de um mercado que nega nosso direito de uso comum da terra, o uso comum do território. Como querem ter uma floresta, fazem-se de não entender a ideia de uso comum do território. Querem estabelecer uma relação de propriedade com o território. Em um dos debates que houve no Congresso, quando o movimento indígena ocupou o plenário do congresso para discutir com os parlamentares para exigir o fim da PEC 215, foi demonstrado que alguns deputados possuíam sozinhos uma extensão de terras privadas, controladas por eles, maior que muitas terras indígenas que esperavam demarcação. O sujeito pode ter até 300 mil, 600 mil hectares de propriedade privada. É legítimo um sujeito ter uma propriedade de 600, 200, 300 mil hectares, porque é uma propriedade privada, porque ela tem uma “função”, que eles acreditam, que é a de abastecer o mercado? Esse sujeito está fazendo um “jogo do mercado” com produtos agrícolas e de extrativismo. Ao mesmo tempo que pode haver uma extensão de terra privada de até um milhão de hectares, um quilombo, uma comunidade ribeirinha ou de quebradeiras de cocos são questionadas o tempo todo sobre a “função” de seu território. A função é a de garantir a continuidade da vida desses povos que têm uma forma própria de organização não subordinadas à ordem do mercado.

Há uma parte da opinião pública que é contra a demarcação, isso porque a forma de uso desses territórios põe em questão a ideia colonialista que se imprimiu no pensamento brasileiro, principalmente em regiões rurais do país. Há muitas pessoas no Sul, como no Mato Grosso, Rondônia e Pará, que pretendem colonizar, chegam caçando terra e, se tiverem a oportunidade, matam os últimos ribeirinhos, considerando isso legítimo. E acham legítimo pois há uma mentalidade alienada, que é o que chamo de pensamento colonial.

O pensamento colonial é tão forte quanto uma ideia religiosa. É terrível para alguns de vocês ouvirem isso, mas a verdade é que a ideologia que se imprime na cabeça das pessoas tem o mesmo poder de uma religião; no sentido que as religiões constituem hoje verdadeiros comandos na nação. Então não é brincadeira combater um pensamento desse. Combatê-lo é uma prática cotidiana de despertar seu poder interior e então cochilar, porque qualquer um de



nós pode ser capturado por essa mentalidade capitalista, que faz a gente querer reproduzir o modelo que está sendo vitorioso no mundo inteiro.

Quando quiseram criar uma crise falaram que a economia estava mal, mas tinham caminhões e navios chegando e saindo, construção de hidrelétricas, florestas sendo derrubadas e chão sendo cavado para tirar minério. Que crise? É uma mentira. Então a construção dessas crises mentirosas justifica o estrangulamento das formas de vidas, que eram chamadas até a década de 70 e 80 como formas alternativas.

Até a década de 70 e 80, fazer uma escolha de vida alternativa era uma possibilidade, não era uma utopia, mas sim uma possibilidade. A pessoa podia cair fora desse mercado todo, sumir daqui e fazer uma escolha de viver uma vida alternativa, que é não estar engajado no mundo do mercado de trabalho e nem engajado no mundo de consumo de mercadorias. O yanomami Davi Kapenawa diz que a maior fixação dos brancos é na mercadoria. No livro *A Queda do Céu*, tem uma parte que diz que os brancos são tão apaixonados, que até abandonam suas namoradas para ficarem com a mercadoria. As pessoas que escutam isso pensam “que vergonha”, mas ele também abandona a mãe, o pai, a família inteira e a namorada pela mercadoria. E como pode acontecer uma desumanidade dessa? Das pessoas perderem o sentido dos valores que são essenciais para o ser humano e passarem a idolatrar alguma mercadoria, um carro, um avião, um helicóptero, um prédio, uma bugiganga ou tralha qualquer que é fabricada e vira lixo. Mas as pessoas são iludidas a transformar as tralhas em coisas tão importantes que se matam por ela e matam outras pessoas também. Porque quando se invade uma floresta ou se mata um rio, onde um povo tira seu alimento e se supre, no sentido espiritual mesmo, para viver, se está escolhendo o que é essencial, e assim a vida não vale nada.

Essa mercadoria que você tira da terra e transforma vira um Deus. Se você pode tirar uma montanha e colocar linhas de trem, despachar de avião aparelhos eletrônicos e depois consumir essa tralha toda como se fosse algo caído do céu, você vive em alienação. É abdicar da possibilidade de escolher como você quer viver para fazer esse ritual, esse culto, que é a mercadoria. E é um pensamento colonialista.

O único exemplo transformador que pode ter acontecido de uma sociedade que podia ser alternativa e que se esquece e não lembra mais o que é ser alternativa e que passa a fazer esse culto da mercadoria, é o de um eclipse mental. Só que em nosso caso aconteceu com milhões de pessoas, pois somos uma população numerosa. E nós pensamos que é uma contradição, pois faz 30 anos que a gente conseguiu fazer o nosso último contrato social, que é a Constituição de 1988, onde nós propúnhamos avançar na cidadania, que foi apelidada como Constituição Federal Cidadã. Ora, a gente construiu um acordo social com a obrigação do Estado Nacional respeitar a diversidade de nossos povos. No caso das sociedades indígenas, de suspender a prática sistemática da tutela, do pensamento colonial sobre essas populações. E com isso permitir que nós pudéssemos pensar o nosso futuro nos termos do que seria a educação, a saúde, a gestão dos territórios. Tudo isso foram compromissos feitos há 30 anos atrás. Olha que ironia, foi exatamente nessas três décadas que o avanço da direita, do pensamento gringo sobre nossas autonomias, se radicalizou e se configurou no tipo de gente em que nos governa hoje. Nós fomos assaltados.



Em três décadas, ao invés de fazermos uma abertura para os temas que a globalização nos expunha e erguer uma identidade vigorosa dentro de um pacto social de compartilhar as riquezas dessa nação e de constituir uma nacionalidade, a gente foi se perdendo no caminho. Nós chegamos ao ponto de rasgar o capítulo dos índios que obriga o Estado brasileiro a demarcar os territórios e ameaçar nossa autonomia. Essas medidas, projetos e emendas são só um recurso, digamos assim, circunstancial, porque gostariam mesmo é de rasgar a Constituição Federal. Como não conseguiram essa façanha, eles vão cortando-a. Cortando nossos direitos. Recentemente estavam decidindo se valia a regulamentação das terras de quilombos. Votaram mais de uma vez, deixando todos em suspenso. Como se tivessem passando uma foice nos movimentos sociais diante dessa ameaça. Essa prática de ameaçar a sociedade em diferentes momentos, aos indígenas, quilombolas, depois a diversidade de gênero, depois a infância, são estratégias terroristas de um Estado contra a sociedade.

Seria muito interessante que fossem sociedades contra o Estado, como diz o Pierre Clastres, quando analisa as sociedades indígenas, ele diz que essas são sociedades com características próprias. E nós não somos contra o Estado de birra, porque achamos ele uma coisa incompreensível ou indecifrável. Na nossa herança ancestral, o nosso espírito é naturalmente contra essa forma de organização do poder onde alguns sujeitos mandam em todos, ou seja, essa verticalização do poder, essa coisa que admite que alguém representa você. Imagina que um coletivo elege um vereador e esse sujeito vai fazer o que quiser com os nossos votos; multiplicamos esse nosso coletivo em milhares. Elege-se senadores e deputados, que assim que capturam nossos votos, vão nos representar do jeito que quiserem. Vão inclusive assaltar, matar e roubar em nosso nome. E agora pergunto a vocês, você votaria nesse sujeito? O mais correto seria você mesmo fazer isso, ao invés de atribuir a um sujeito. É um desastre para todos e que se espalha sobre as nossas cabeças. Essa ideia de um representar o outro é uma das ideias mais equivocadas que se pode ter e que os povos indígenas não aceitam.

Às vezes, quando eu venho fazer uma fala pública, em algum momento alguém fala que o Ailton representa os povos indígenas. Não tem coisa que me causa mais desconforto, pois no pensamento indígena não tem alguém que representa alguém. Eu não represento nem o meu pai, ao menos que ele fale o que eu devo fazer, eu não o represento em nada. Mas nessa sociedade complexa que constituímos, nós aceitamos eleger um sujeito que de quatro a oito anos, pode fazer o que quiser com o direito de representação dado a ele. E o que isso tem a ver com o território? Quando pensamos em território como lugar de identidade, de autonomia, de governança, e nós atribuímos a nossa representação para alguém que não tem nada ver com isso, nós estamos nos divorciando da nossa própria identidade, do nosso mandato pessoal, e atribuindo ele a outro sujeito. Os territórios indígenas, as terras de quilombos, as reservas extrativistas e as unidades de conservação são os últimos lugares onde esse poder doente ainda não conseguiu imprimir a sua marca. Quando eles conseguirem, nós estaremos dominados por esse mundo da mercadoria e por essa legítima forma de representação que virou fazer política aqui e nos nossos vizinhos latinos, nos Estados Unidos e na Europa.

O sistema capitalista conseguiu convencer a todos que a melhor coisa que tem é o mercado. E que o emprego continuar para todos é um bem. Eles conseguiram edificar uma visão



abstrata do mundo do trabalho como uma alienação do sujeito. Então, o mundo do trabalho, na verdade, é a ligação do sujeito e a abdicação de se relevar. Então, essa domesticação do pensamento que o ocidente está imprimindo para todo o lado, encontra alguns lugares de revolta. Assim aconteceu na Venezuela, que tentou acabar com toda a experiência social que ocorria lá, mas que o chavismo conseguiu dominar. Todo o terrorismo posto nesse lugar conseguiu dominar esse mesmo lugar. Aqui no Brasil conhecemos esse cenário com as favelas. A Venezuela conseguiu fazer um movimento social acontecer nos últimos redutos onde o capitalismo, o mercado, já tinha sido considerado morto, que é no meio das favelas - o lugar onde o Brasil elegeu como lugar da vida segregada. O ordenamento territorial do Brasil decidiu que as favelas são os lugares onde o Estado não tem nada para fazer, esse é o tipo de pensamento reacionário que nega o direito daquelas comunidades humanas de ter um território, de se erguer com identidade e reivindicar direitos e respeito. Essa exclusão configurada do que nós somos como sociedade é a marca da diferença. É também a marca do conservadorismo que caracteriza a nossa sociedade. Nós somos um arranjo conservador de pessoas que vieram acampar na América do Sul.

Uma vez eu tive uma visão de um acampamento cheio de gente com muita diferença de origem. Era noite e que as pessoas não se enxergavam porque era muito escuro dentro dele. Os únicos momentos em que as pessoas olhavam de um lado para o outro e tinham uma visão era quando havia um raio. Esse raio fazia elas olharem uns para os outros e dizer “olha, tem os índios, ribeirinhos, quilombolas, pessoal da cidade”, tem toda essa diversidade de gente vivendo aqui. E isso pode até enunciar uma diversidade de direitos, de formas de se organizar. Mas na hora que passou o raio, escureceu tudo de novo, voltando ao total desconhecimento e ignorância.

Há uma mentalidade que promove o conservadorismo e o reacionarismo. Precisamos estar alertas, pois só assim é que nós somos capazes de resistir e de buscar outras formas de convivência e criar áreas de colaboração, cooperação e, se possível, avançar para um degrau mais elevado que se chama solidariedade. Quem dera que solidariedade fosse uma prática que nós pudéssemos difundir. Solidariedade não é tolerância; solidariedade não é inclusão; é você sentir a demanda do outro, sentir a perspectiva do outro e viver a perspectiva do outro.

## Governança comum do Território

Se os brasileiros em geral, com suas diferenças, entendessem as perspectivas do outro a gente não precisava de uma campanha de demarcação já. Mas a gente tem que fazer uma campanha e ficar berrando na orelha dos outros aquilo o que já deveriam saber desde que nasceram: que pisam num território que tinha um povo originário e que seus remanescentes, os que sobreviveram, ainda estão aqui. E isso é tão óbvio, que é escandaloso que tenhamos que estar repetindo isso, porque eu gostaria de falar dos nossos territórios numa perspectiva da governança destes territórios. Como que nós vamos nos organizar para fazer a gestão dos





nossos territórios? Como estamos construindo experiências de autonomia dentro de nossos territórios? Algumas experiências de autonomia estão acontecendo efetivamente. Aquele rio que temos na nossa aldeia, mas que passa também em vários municípios, cuja foz chega no mar, tem uma população com a vida ligada diretamente ao rio, que é estimada em um 1,6 milhões de pessoas. É muita gente. Numa extensão de 650 km com várias cidades, como Aimorés, Resplendor, João Monlevade, Belo Horizonte, Timóteo e uma lista de cidades que nos últimos 100 anos foi ficando com uma população tão grande quanto essa.

A vida é diretamente afetada por tudo, até pela lama, até o ponto de ficarem sem água, os hospitais sem água e os municípios sem abastecimento. Aquele rio, para muitas famílias que vivem ao longo dele, é o principal recurso de vida para elas. Não há outras fontes de renda ou recursos além do rio. E a suspensão do acesso que tem ao rio mudou muito a vida dessas pessoas. A aldeia Krenak fica à margem esquerda do rio.

Na terra indígena Krenak, o rio doce é chamado de Atun Ni. O Atun Ni é uma pessoa, não apenas uma bacia hidrográfica. Ele é uma pessoa e nós cantamos para ele. O rio tem peixe, que dá para gente comer. Você quer um remédio e lá tem o remédio. Ainda tem gente que agradece o rio porque ele dá comida. Que agradece à mata e à floresta porque elas dão comida e uma comunhão dos seres humanos com a terra, com o lugar onde vivem, que têm a dimensão desses territórios. Quando a gente fala que um território é sagrado, as pessoas são muito racionalistas e ficam pensando: “como sagrado?” Como uma montanha vai ser sagrada? Como um rio vai ser sagrado? Como que lá na Índia tem um rio que se chama Ganges e as pessoas entram nele para fazer suas orações e tem gente do mundo inteiro indo lá para fazer uma cura, pedir uma ajuda para ele? Será que só o rio Ganges na Índia, bem longe daqui, é que pode ser um rio sagrado? O Nilo que sustentou civilizações ao longo de milhares de anos no Egito é um rio sagrado. E o nosso rio Amazonas? E aquele rio Xingu? Que enche de barragens, e os nossos rios que são vistos pelo cálculo econômico. Olham para o rio e perguntam quanto megawatts consigo tirar daqui ou quanto minério, estanho, chumbo, ouro, prata eu vou tirar daqui? Essa mentalidade que olha a natureza e faz um cálculo de como vão reembolsar, é uma mentalidade doente que está disseminada no meio da nossa sociedade, onde são acolhidos como pensamentos “criativos”, “empreendedores” e “progressistas”.

Ora, se a gente não tiver nenhum senso crítico, nós vamos dizer que eu também gostaria de ser criativo, empreendedor e progressista. Algumas de nossas faculdades espalhadas pelo país inteiro dão prêmios para o empreendedorismo, incentivam-no, e têm como lema o progresso. Ora, se o empreendedorismo, o progresso e essa capacidade de decidir sobre o planeta que nós vivemos está causando tanto desequilíbrio no planeta, será que não está na hora de pôr em questão a ideia do progresso, do desenvolvimento, e pensar no tipo de envolvimento que nós podemos ter com os territórios em que nós vivemos? Alguns meses atrás tinha um ministro querendo criar um grupo de trabalho para organizar atividades produtivas em terras indígenas e quilombolas. Na verdade, ele estava querendo regulamentar a invasão de nossos territórios, porque sabe que esses territórios são de uso comum, que a gestão desses territórios é compartilhada, inclusive pelo Estado e pelas agências do Governo.



Alguns dos programas de gestão territorial, principalmente na Amazônia, são desenhados por técnicos do governo, do ICMBIO e do Ministério do Meio Ambiente, têm o Ibama como parceiro, e também outros programas do governo voltados para a conservação da biodiversidade. Como placebo desenvolvem do ponto de vista tecnológico projetos conceituais. Ao invés de apoiarem de fato a implementação desses programas pelas nossas comunidades, eles querem dar um golpe ao criar grupos de trabalhos que vão promover atividades para os nossos territórios. Por exemplo, no Congresso, a Comissão de Agricultura teve a *cara de pau* de convocar algumas lideranças indígenas com o objetivo de organizar atividades para a produção econômica e agropecuária do agronegócio em terras indígenas. Essa insistência é descarada em negar a nossa autonomia sob os nossos territórios e negar nosso direito a escolha.

A gente tem que confrontar essa conspiração contra o uso comum desses territórios com populações tradicionais e entender que há uma cisão, um conflito ideológico entre a propriedade privada e o uso comum da terra. É o ponto central de nossa briga pelas terras indígenas no Estado brasileiro. Essa mentalidade empresarial é ideológica, pois eles não querem que exista o uso comum, nem por quilombos, seringueiros ou extrativistas; ninguém. Querem retirar essa conexão que temos com rios sagrados e com as montanhas e desqualificar nossa relação simbólica com os nossos territórios, colocando tudo numa tábula rasa, em que a terra é um bem para o mercado movimentar e não é a extensão de nós, não é nossa parte e nem nossa outra metade. O pensamento de povos tradicionais tem que ser apoiado, estimulado e fortalecido para a gente fazer resistência. Como diz o poeta Thiago de Melo: “a gente tem que ficar naquela marcação. Faz escuro, mas eu canto.”

Muito obrigado por terem me ouvido.